



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MIRIAN CARNEIRO BRITO

**FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E A REPRODUÇÃO DA
VIOLÊNCIA:
TECENDO RELAÇÕES**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Mirian Carneiro Brito

**Formação de Praças da Polícia Militar e a reprodução da violência:
tecendo relações**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de bacharel em psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B862f Brito, Mirian Carneiro.
Formação de Praças da Polícia Militar e a reprodução da violência:
tecendo relações. / Mirian Carneiro Brito. – Miracema, TO, 2023.
32 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.
Orientadora : Juliana Biazze Feitosa
1. Curso de Formação de Praças. 2. Violência. 3. Polícia Militar. 4. Análise
de vídeos. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MIRIAN CARNEIRO BRITO

FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E A REPRODUÇÃO DA
VIOLÊNCIA:
TECENDO RELAÇÕES

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Psicologia foi avaliado para a obtenção do título de bacharel em Psicologia e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13 / 12 / 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, Orientadora, UFT

Prof. Dr. Ricardo Monteiro Guedes de Almeida, Examinador, UFT

Prof. Esp. Thiago Galvão Louzada, Examinador, PMTO

AGRADECIMENTOS

Os cinco anos de graduação foram atravessados por pessoas que me auxiliaram a chegar até aqui, em direção à formatura. Todas as idas e vindas, das longas viagens para me deslocar diariamente à universidade, havia alguém para compartilhar comigo os pensamentos, desafios e angústias. Ao chegar ao final da caminhada, encontro-me com um grande passo entre a graduação e a formatura... E assim, este trabalho possui suor e dedicação não somente meus, mas de todos que me circundam e me encaminharam para os direcionamentos corretos a fim de entregar um bom resultado.

Devo agradecer, especialmente, às pessoas que tiveram um importante papel na produção deste trabalho: Profa. Dra. Carolina Pedreira, que foi minha orientadora no TCC I, com a qual tive a oportunidade de fazer grandes trocas, em um universo até então desconhecido; a Polícia Militar; a minha mãe, que é a pessoa que inspirou este trabalho, sendo ela uma Policial Militar, em vários momentos se fez disponível para tirar toda e qualquer dúvida que me surgia acerca do tema, dando forças para continuar acreditando em mim quando eu mesma já não o fazia; e ao meu pai, que se fez presente em um momento de grande necessidade e me ajudou a dar o passo inicial do TCC II, sempre me motivando e perguntando acerca do trabalho.

Agradeço também, ao Prof. Dr. Ricardo Monteiro que se mostrou muito feliz e empolgado com meu trabalho, forneceu ótimos apontamentos na qualificação. A minha orientadora do TCC II, Profa. Dra. Juliana Biazze, que prontamente se dispôs ao meu pedido quando decidi seguir um caminho diferente na pesquisa, muito atenciosa e prestativa com todas as orientações. Aos demais professores da graduação que sempre acreditaram em mim durante toda a caminhada da graduação: Prof. Dr. Ladislau Ribeiro, Profa. Dra. Jamile Luz e Profa. dra. Gláucia Rocha, os quais possuem a minha grande admiração e gratidão por todos os ensinamentos, conselhos e acolhimento de minhas angústias.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas de graduação, minhas irmãs, minha avó, meus tios e primos, por sempre estarem ao meu lado, dando o suporte necessário para que eu tivesse forças para continuar e concluir este grande sonho que foi cursar Psicologia na Federal.

SEU FILHO SE TORNOU UM POLICIAL

(Nome original - Seu filho se tornou Fuzileiro Naval)

Canção de TFM (Treinamento Físico Militar)

*“Quando eu era menino
A minha mãe sempre dizia
Que eu tinha que dar valor
A tudo que ela fazia*

*Mas o tempo foi passando
Isso de mim não saía
Em um dia especial
Que eu fui embora pra Polícia*

*Olha, mamãe, hoje eu tô aqui
Eu disse que a senhora ia se orgulhar de mim
Carrego no meu peito um símbolo estadual
Seu filho se tornou um policial”*

Versão da Polícia Militar

RESUMO

A presente pesquisa é de natureza qualitativa exploratória, posto que, utilizou-se da análise de documentação e de conteúdo alicerçada na teoria de Bardin em confluência com a teoria Marxista do materialismo histórico-dialético, a qual compreende que a história humana se forma a partir das transformações da realidade cotidiana. Logo, teve por objetivo analisar as narrativas acerca das experiências vividas no Curso de Formação de Praças, com o foco direcionado às pessoas que se formaram como membros do Quadro de Praças da Polícia Militar em diversos Estados do Brasil, por meio de vídeos compartilhados no YouTube. Assim, explicando de forma mais ampla do que se trata o curso e fazendo uma análise crítica dos principais fatores que se repetem no discurso de cada pessoa analisada nos vídeos. De forma mais ampla, foi analisada a violência que se destacou como tema mais eloquente visando responder o problema de pesquisa: “A violência é algo intrínseco do policial militar ou é algo que se constrói através da inserção no ambiente militar?”. A partir disto e dos vídeos analisados, foi possível observar que não se deve generalizar o comportamento dos policiais referente à violência, pois muitos dos relatos dizem que a resolução das ocorrências é através do diálogo. Em contraproposta, através dos relatos, obtém-se a normalização de alguns aspectos violentos durante a formação.

Palavras-chaves: Curso de Formação de Praças. Violência. Polícia Militar. Análise de vídeos. YouTube.

ABSTRACT

This research is of an exploratory qualitative nature, as it used documentation and content analysis based on Bardin's theory in confluence with the Marxist theory of historical-dialectical materialism, which understands that human history is formed from of the transformations of everyday reality. Therefore, the objective was to analyze the narratives about the experiences lived in the Soldiers' Training Course, with a focus on people who graduated as members of the Military Police Soldiers' Team in several states in Brazil, through videos shared on YouTube. Thus, explaining more broadly what the course is about and making a critical analysis of the main factors that are repeated in the speech of each person analyzed in the videos. More broadly, violence was analyzed, which stood out as the most eloquent theme in order to answer the research problem: "Is violence something intrinsic to the military police or is it something that is constructed through insertion in the military environment?" From this and the videos analyzed, it was possible to observe that the behavior of police officers regarding violence should not be generalized, as many of the reports say that incidents are resolved through dialogue. In contrast, through the reports, some violent aspects during training are normalized.

Keywords: Soldier Training Course. Violence. Military Police. Video analysis. YouTube.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Avaliação Conceitual
AF	Avaliação Física
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Curso de Formação de Praças
CFSD	Curso de Formação de Soldados
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DOE	Diário Oficial do Estado
EB	Exército Brasileiro
EME	Estado Maior do Exército
PM	Polícia Militar
PMPA	Polícia Militar do Pará
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SD	Soldado
VC	Verificação Corrente
VF	Verificação Final
VFE	Verificação Final Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CAMINHO METODOLÓGICO	14
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
3.1	O Curso de Formação de Praças e a construção da identidade policial.....	16
3.2	A violência policial e o curso de formação: tecendo relações	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS.....	26
	APÊNDICE A – Decupagem dos vídeos selecionados	29
	ANEXO A - Link da playlist com os vídeos selecionados	31

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a experiência de pessoas que passaram pelo Curso de Formação de Praças (CFP), a partir de vídeos compartilhados na plataforma YouTube. Entendendo as consequências sociais, físicas e psicológicas da passagem por essa formação em suas carreiras e biografias.

O interesse pelo tema se dá por durante toda a minha vida, conviver diretamente com policiais, a começar por meus pais: minha mãe militar e meu pai, policial civil, que também já foi Cabo no Exército. Sempre ouvi e presenciei eventos acerca das experiências de cada um deles durante os cursos de formação, além de acompanhar o dia a dia de trabalho de vários policiais militares, em sua maioria enquadrada na categoria de Praça. Diante disto, surgiu a ideia de realizar uma pesquisa sobre esses atores sociais, evidenciar a forma como a violência da corporação é incorporada por meio do CFP e como esse processo interfere na atuação profissional e vida do policial.

No contexto brasileiro, a Polícia Militar (PM) é uma instituição que foi fundada no período colonial para proteger os interesses da Coroa com a criação da Guarda Nacional, por meio da Lei de 18 de agosto de 1831, como destaca Ferro (2018). Ela foi instituída como instrumento militar a fim de manter a ordem nas ruas e na sociedade em geral, servindo à alta sociedade da época. Com o passar do tempo, a PM direcionou o seu foco para a burguesia e, atualmente, deve atender a toda a sociedade focando no controle social. Como sinaliza Ferro:

O papel das polícias no controle social concentrava-se na vigilância das classes urbanas perigosas e com o fim da escravidão, as polícias reinterpretaram sua função na estrutura de controle social. Uma das primeiras tarefas impostas ao aparelho policial foi o controle da população rural que migrou em massa para os principais centros urbanos. (FERRO, 2018, p. 28)

Como explicam Peneluc e Moradillo (2020), a polícia emergiu ligada à expansão do capitalismo, desde o século XVIII, com o papel de defender a propriedade privada e manter a ordem social, que está sob ameaça constante, devido as relações de desigualdade social. Em concordância, para que a sociedade burguesa se mantivesse no poder com a ascensão do capitalismo, presentificava as ideologias em que uma classe era dominante e ampliavam a alienação de acordo com as posses materiais, sinalizando o seu poder.

Durante a Ditadura Militar (1964–1985) ocorreu a reorganização da Polícia militar em conjunto com os bombeiros, a partir do Decreto Lei nº 317 de 13 de março de 1967, separando as competências do Estado e Nação, com todas as forças militares, sendo a Polícia Militar ligada

ao Estado Maior do Exército (EME) (FERRO, 2018). Assim, foram separadas cada PM designada a cada estado, como se encontra a configuração atual, passando por diversas alterações como explica Muniz:

A polícia ostensiva, tal como conhecemos nos dias de hoje - com uniformes, cassetetes e armas convencionais, patrulhando as ruas das pequenas e grandes cidades -, é uma recente invenção ocidental. Sua criação remonta às primeiras décadas do século XIX. [...] Resulta dos esforços de construção de uma concepção de Estado que identificamos como moderna orientada pela ambição iluminista de produzir e sustentar a paz através de meios pacíficos e ‘civilizados’ (MUNIZ, 1999, p. 23).

Segundo Goffman (2001), a Polícia Militar pode qualificar-se como uma instituição total, conceito cunhado pelo autor para caracterizar uma instituição que possui poder sob o indivíduo, a qual seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo. O autor divide as instituições totais em cinco agrupamentos, o que a Polícia Militar se enquadra é o quarto tipo, cuja função é realizar algum trabalho que se justificam através de fundamentos instrumentais.

Por conseguinte, o autor fala que o aspecto central das instituições totais é a ruptura com as três esferas da vida: atividades realizadas no mesmo local sob uma autoridade, cada fase da atividade é dividida e realizada em grupo, todas as atividades são realizadas em um tempo determinado e dividido de forma rigorosa. Ou seja, não há o poder de escolha, de ir e vir e o senso de individualidade, o que podemos categorizar como um tipo de violência.

Seguindo com o pensamento de Goffman (2001), é necessário apontar que cada indivíduo chega ao CFP com as suas próprias culturas e crenças adquiridas durante a vida e pela criação. Então cada pessoa pode ser afetada de forma diferente ao que é ensinado no curso, como aponta o autor:

É característico dos internados que cheguem à instituição com uma “cultura aparente” (para modificar a frase psiquiátrica) derivada de um “mundo da família” - uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão na instituição (GOFFMAN, 2001, p. 23)

A correlação entre uso da violência e o trabalho da PM é inevitável. Sejam em conversas cotidianas, em espaços acadêmicos e do governo ou no compartilhamento de notícias e vídeos sobre ação policial. O tema da violência é recorrente e, muitas vezes, embaraçoso e ambíguo, pois “de um lado, cobramos a pronta atuação e a produtividade dos meios de força policiais no enfrentamento da desordem, do crime e da violência; de outro, exigimos sua adesão e a subordinação incontestável ao estado de direito” (MUNIZ, 1999, p. 21).

Não cabe a esta pesquisa refletir sobre as complexidades do emprego da força violenta no âmbito das atividades policiais, mas é importante salientar que o uso da violência está diretamente associado à natureza do trabalho policial; o que leva esses profissionais, senão a fazer uso da violência direta em suas múltiplas categorias, permanecer em constante estado de figuras de violência simbólica.

O militarismo, como conceito, expressa a importância do poder militar em uma sociedade. Uma de suas características é a valorização da força militar como solução para problemas sociais e políticos. Ele se apresenta com duas grandes premissas - hierarquia e disciplina - que regem toda a cadeia natural da ordem e a organização da instituição, de acordo com o Manual C 22-5, do Exército Brasileiro. Permeada pelo poder, a hierarquia coloca-se em posição de dirigir, punir e comandar. Aquele que possui o título oficial de uma patente alta comanda todos os que estão em patentes abaixo dele. Já a disciplina apresenta-se em como serão realizadas as atividades impostas, comandadas pelos superiores, ou seja, a disciplina traz a ordem e a hierarquia se apresenta como o poder (BRASIL, 2000).

No livro intitulado *Psicologia da relação de autoridade*, Roger Mucchielli (1979) destaca que aqueles que possuem a autoridade impõem-se a um coletivo de maneira exterior a ele. Nesse sentido, na PM, o oficial age de certa maneira, pois foi lhe ensinado dessa forma e ele reproduz. Da mesma forma, pode ser que ocorra a reprodução do comportamento ensinado no curso na relação com a sociedade, a qual o Praça estará diretamente em contato.

As “patentes”, acima citadas, são categorias identificadas em cada policial para definir a sua posição na cadeia de comando, ou seja, a hierarquia. A patente mais baixa é a do aluno-soldado, que é aquele que se encontra no CFP antes de formar-se como policial. Após a formatura, sobe de cargo e torna-se soldado.

Esse cargo possui validade, a partir de um período pré-determinado o soldado passa a ser “cabo”, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. Além disso, há promoções que podem ocorrer por outras circunstâncias, como bravura, movimentação política, entre outros. Com a promoção ocorre também o aumento do salário e a ascensão na cadeia de comando, como explica o soldado Pastana (apêndice A), há todo um movimento para ascender na cadeira militar, que vai se atualizando com o tempo:

“[...] era promovido dentro da própria instituição e depois ele tinha que fazer um curso de formação de Sargentos quando ele era promovido de cabo a sargento. Já o CFP (Curso de Formação de Praças) ele vai formar [...] o policial para que ele possa seguir carreira até à graduação de 3º sargento. E agora você não vai mais precisar fazer o curso de formação de cabo, você não precisa mais fazer o curso de formação para ser promovido até Terceiro Sargento” (SD Pastana, 2021, 1’41”)

O Curso de Formação de Praças (CFP) é destinado ao civil aprovado em concurso público de cada Estado do Brasil, para a carreira de Praça da Polícia Militar. Ele é caracterizado por preparar os soldados de 2ª Classe, como são chamados, para a atuação como policiais militares. Como exposto no edital do Concurso de Formação de Praças da Polícia Militar do Tocantins (Edital N° 1 - PMTO - CFP, 2020), o soldado de 2ª Classe, que é a posição de entrada, sendo chamado de aluno-soldado durante o curso, tem a formação focada em atividades de policiamento ostensivo geral, com diversas modalidades, sujeito às normas e regulamentos da Polícia Militar. Outros cursos de formação podem ser realizados ao longo da carreira militar, mas para fins desta pesquisa o foco recaiu apenas sobre o CFP.

O referido curso dura, em geral, nove meses e visa fornecer aos chamados “alunos-soldados” as habilidades, conhecimentos e competências necessárias para executar suas funções de forma eficaz e atuar na segurança pública. O conteúdo e a duração do Curso de Formação de Praças da polícia militar podem variar dependendo do Estado onde é oferecido. Em geral, o curso inclui aulas teóricas, treinamento físico intenso, práticas de tiro, simulações de situações reais, estágios supervisionados e avaliações periódicas para acompanhar o desempenho dos(as) alunos(as)-soldados(as).

O CFP marca a obtenção de uma nova identidade pela ruptura com o “mundo civil” e a incorporação de um *ethos* policial militar. Segundo Muniz (1999), o tempo vivido em cursos de formação constitui o que nas Ciências Sociais convencionou-se chamar de rito de passagem, uma transição em que os neófitos vão adotar a escolha profissional como uma vocação e receber a missão de proteger e servir. Esse processo de reconstrução bibliográfica é permeado por marcas simbólicas que devem ser distintivas do ator social definido como policial militar: gestual comedido, respeito irrestrito às ordens de superiores hierárquicos e não-questionamento delas, asseio, cuidado com a aparência individual, pouca verbalização.

É importante destacar esse último ponto, ou seja, que parte da internalização do *ethos* corresponde a uma autocensura em relação à fala que reflete a censura da própria corporação. Durante os cursos de formação, é reiterado que a palavra é tida como algo que prejudicaria e mesmo impediria a ação. O uso da palavra deve ser seguro e formal, como na emissão de ordens, recepção de missões e instruções, além de notificações (MUNIZ, 1999, p. 91).

É também no processo de formação de Praças que o sentimento de unidade de grupo se faz presente como adestramento militar. Uma das características mais importantes da subjetividade militar é o chamado espírito de corpo (*esprit de corps*), segundo o qual as situações de risco e perigo que são vividas das mais diferentes formas devem ser compartilhadas apenas entre pares (ibidem, p. 97); o que fortalece tanto a mística de uma profissão em que o

segredo impera como torna possível a elaboração de vínculos de união e cumplicidade bastante fortes.

Há uma iniciativa de mudança da forma que o CFP é transmitido na Polícia Militar do Tocantins, onde levaram o curso para dentro da universidade, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), onde ao concluir o curso, além de estar formado como soldado, torna-se também tecnólogo em Segurança Pública, sendo um curso de nível superior. Como demonstra a notícia do site oficial do Governo do Estado do Tocantins:

Durante este período, os Alunos-praça farão o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. O objetivo é formar profissionais, do quadro efetivo da Polícia Militar do Estado do Tocantins, como tecnólogos em Segurança Pública em parceria firmada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), através do Comandante Geral da PMTO Coronel Júlio Manoel da Silva Neto. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, 2022)

Essa iniciativa começou na cidade de Araguaína - TO, onde o curso toma forma no 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), o segundo maior batalhão da PM no Estado, posto que é a cidade com maior incidência de crimes no Tocantins. Espera-se que a partir desta mudança a polícia possa atuar de maneira mais humanizada e de maneira preventiva, segundo a reportagem.

Diante dessa restrição quanto à palavra falada e uma subjetividade pautada no segredo e na cumplicidade do grupo, elaborar o desenho de uma pesquisa sobre a experiência de alunos(as) soldado(as) no CFP se mostrou um desafio, conforme relatado a seguir, na seção denominada Caminho metodológico.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é classificada como qualitativa, pois que, volta-se para a obtenção e análise de dados que correlacionam significados múltiplos das experiências individuais aos significados sociais e historicamente construídos, com o objetivo de “desenvolver uma teoria ou um padrão, na qual o pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados” (CRESWELL, 2007, p. 35).

A obtenção dos dados ocorreu primariamente através de pesquisa documental, além da pesquisa bibliográfica que norteia o tema. Diferenciar uma fonte de pesquisa bibliográfica de uma documental pode ser desafiador. Segundo Gil (2008, p. 46), “é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura”. Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. Ainda conforme o autor, a categoria “documento” vai além da referência a textos escritos, impressos ou digitalizados. Assim, o documento como dado de pesquisa pode, inclusive, não ser escrito, como no caso de filmes, vídeos, fotografias etc.

Neste estudo elegeu-se como fontes documentais os editais e manuais oficiais das forças militares, encontrados pelo mecanismo de busca do *Google* e vídeos digitais disponíveis na plataforma YouTube, os quais foram postados e compartilhados publicamente, tanto por usuários dos canais (alunos, soldados, oficiais, dentre outros) quanto pela própria instituição militar.

Esses vídeos foram encontrados utilizando-se os termos: “Curso de Formação de Praças”, “Polícia Militar” e “experiência” no sistema de buscas da própria plataforma. O YouTube é uma plataforma digital colaborativa que permite aos usuários postarem e visualizarem vídeos *online* de forma gratuita e, também, possui outras funcionalidades de interação, como *likes* e comentários. Para acessar e interagir com as postagens, é preciso criar uma conta no *Google*, ao realizar o cadastro o usuário concorda em disponibilizar o seu conteúdo para quem se dispôr a assistir. Há diversos temas disponíveis para acesso, a partir da barra de pesquisa, utilizando poucas palavras chaves é possível encontrar o conteúdo desejado, como foi feito para realizar a pesquisa em questão.

Realizamos uma seleção prévia de vídeos, que se encontram em uma *playlist* pública do YouTube (*vide* Apêndice B) elaborada pela pesquisadora, como também seus links individuais aparecem na decupagem (*vide* Apêndice A). O que se encontrou nesses vídeos são relatos que abordam o controle, poder, hierarquia e disciplina impostos pelas forças policiais, mais

principalmente, a violência, conforme discutiremos na seção intitulada “A violência policial e o curso de formação: tecendo relações”.

Na pesquisa bibliográfica, privilegiou-se as dissertações de mestrado e teses de doutorado localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e artigos científicos disponíveis em bases de dados como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os descritores utilizados foram: Curso de Formação de Praças e Polícia Militar. No total, encontra-se 22 resultados, porém apenas 2 trabalhos contemplavam nosso tema da pesquisa.

Tomando como referência as narrativas que expressam experiências em comum presentes nos vídeos, tais como a violência, a disciplina e o enquadramento, somado aos objetivos da pesquisa, formulou-se 2 categorias de análises, a saber: O Curso de Formação de Praças e a construção da identidade policial; e a violência policial e o curso de formação: tecendo relações.

As análises realizadas foram inspiradas no método do materialismo histórico-dialético. De acordo com Marx (1985), o ponto de partida da pesquisa é sempre o fenômeno externo e não as ideias. Não existe uma verdade dada, absoluta e universal, como preconizam as ciências naturalistas e idealistas, mas sim uma realidade histórica que traduz desafios (necessidades).

De acordo com Freitas e Gaudenzi (2022), o conteúdo encontrado na plataforma YouTube é colaborativo, ou seja, as pessoas possuem acesso livre para compartilhar seus vídeos no *site*, sendo o acesso disponível a todos que forem pesquisar. Deste modo, como há a livre disposição e conteúdo público, baseado na Resolução nº 510/2016, não houve necessidade de submeter a pesquisa ao sistema Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP). Por fim, os dados foram apresentados por meio de relatos textuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as discussões foram organizados a partir das categorias de análise, conforme segue:

3.1 O Curso de Formação de Praças e a construção da identidade policial

O Curso de Formação de Praças (CFP) é uma das formas de ingressar na instituição da Polícia Militar, sendo a outra o Curso de Formação de Oficiais, na qual é necessário possuir um Certificado de Ensino Superior previamente cursado pela pessoa, dentre outros pré-requisitos. Justifica-se o foco no CFP por tratar-se da formação na qual galga-se todos os degraus de ascensão da instituição, e para a qual é necessário que se tenha completado o Ensino Médio, sendo a idade mínima de 18 anos, entre outros requisitos.

Em muitos estados brasileiros, ainda se utiliza a nomenclatura de Curso de Formação de Soldados (CFSD), na qual é preciso passar por outro curso para poder receber a posição de cabo, como também o Curso de Formação de Sargentos. Todos esses cursos estão categorizados na posição militar de Praça como explica o Soldado (SD) Pastana (2021) em seu vídeo publicado no YouTube:

E agora você não vai mais precisar fazer o curso de formação de cabo você não precisa mais fazer o curso de formação para ser promovido até Terceiro Sargento porque o CFP já vai te dar todo o conhecimento, ele já vai te dar todas as disciplinas necessárias para você desempenhar essas funções (COMO FUNCIONA O CFP (CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS) - SD PASTANA, 2021).

O trecho citado acima nos suscita uma nova questão: de que forma ocorre este curso? Segundo Pastana (2021), em uma publicação intitulada “Como funciona o CFP (Curso de Formação de Praças)”, especifica que o curso é dividido em módulos separados por disciplinas relacionadas às leis, como: Direito Penal, Direito Constitucional, Legislação Especial, Direito Penal Militar, entre outras, além de Educação Física para manter o porte físico, Práticas e técnicas de tiro, Ordem Unida, estas duas últimas mais voltadas para o Universo Militar.

A partir do documento “Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará - CFP 2022” (PARÁ, 2022), publicado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará - em janeiro de 2022, foi possível ter uma visão do que é ensinado em vias teóricas no curso. Na malha curricular há disciplinas divididas em 5 eixos: identitário policial; identitário militar; complementar técnico; complementar jurídico; e complementar

saúde. Como exemplo de cada eixo há as disciplinas: treinamento físico militar, criminologia aplicada à segurança pública, direito penal militar, saúde e qualidade de vida. Ao total são 35 disciplinas, com carga horária total de 1630 horas, instruídas em um período de 9 meses. Dentro do curso há atividades extracurriculares com estágios supervisionados, onde ao aproximar-se do final do curso, os alunos vão às ruas para entrar em contato com o conteúdo aprendido como descrito no PPC:

As atividades extracurriculares serão realizadas concomitantemente a execução do curso, e serão reguladas por nota de instrução do DGEC, e conforme conveniência do órgão responsável poderá ser designada as atividades por meio do Portal de Educação a Distância da PMPA e/ou outras plataformas de ensino (PARÁ, 2022, p. 8).

De acordo com o vídeo do SD Pastana (Apud, 2021) ao final de cada módulo/eixo, há uma avaliação com 10 questões, sendo que cada uma vale 10 pontos, o mínimo para ser aprovado é 7 pontos. Caso o aluno receba uma pontuação inferior a essa fica de “segunda época”, que consiste em uma prova de recuperação, pois ao final do curso essa nota vai propiciar uma classificação que é considerada até o final da carreira militar para obter privilégios como prioridade de promoção de cargo.

Por conseguinte, seguindo ainda o processo avaliativo do curso presente no PPC (PARÁ, 2022), as avaliações principais são denominadas por: “Verificação Corrente (VC) e Verificação Final (VF)”, às demais avaliações são: Verificação Final Especial (VFE - 2º Época); Avaliação Conceitual (AC) e Avaliação Física (AF). A AC possui um valor de 8 pontos pré-estabelecido no início de cada mês, pois avalia o comportamento, podendo somar ou subtrair pontos através dos “elogios” e das “anotações”, mecanismos de gratificação e punição, respectivamente. Este sistema visa apreciar o rendimento profissional, moral e ético do aluno, de acordo com o código de ética e disciplina da Polícia Militar do Pará (PMPA) (PARÁ, 2022).

A avaliação física se baseia no treinamento físico-militar, que pode configurar-se entre corridas de longa duração, flexões, abdominais, lutas de defesa pessoal, ordem unida, entre outros, em alguns casos pode configurar-se também como uma forma de punição. A ordem unida consiste em movimentos militares para a organização, uniformidade e locomoção da tropa, demonstrando a disciplina militar, ordem e obediência e é baseada no Manual C 22-5 do Exército Brasileiro (2000). Segundo o manual: “Disciplina é a força principal dos exércitos [...] a disciplina, no sentido militar é o predomínio da ordem e da obediência, resultante de uma educação apropriada” (BRASIL, 2000, p. 13).

Todas as ações realizadas dentro da Polícia Militar são regidas por leis, por manuais e pelo Diário Oficial. Há muitos relatos de indignação nos vídeos referente a estas regras, por

sofrerem inúmeras punições. Porém, por conta da disciplina e da obediência ao poder dos superiores, os(as) alunos(as) não agem mesmo que aquela situação seja contrária às suas crenças.

É a partir da noção de disciplina que recai ao espírito de corpo (*esprit de corps*) que é a reação em cadeia de uma tropa (grupo de soldados) com o objetivo de executar, exercer o que é comandado em conjunto, de forma com que todos consigam obedecer às ordens. O espírito de corpo é um dos pontos principais do CFP e da formação do *ethos* militar:

O *ethos* policial militar apresenta-se a tal ponto internalizado que as suas manifestações soam como algo extremamente normal [...] para um integrante da força. Por outro lado, ele evidencia — pelo caráter exagerado e ostensivo de sua ritualização, sobretudo quando observado de fora da vida intramuros — que se trata de um conjunto de valores institucionais que é constantemente cultivado e policiado por todos os membros da organização. (MUNIZ, 1999, p.95).

No CFP, é possível ver esse movimento ocorrendo desde o início, pois os(as) alunos(as) soldados estão, em cada turma, sendo formados sob as mesmas circunstâncias, desenvolvendo, assim, um forte vínculo. Isso foi expresso pela Soldado Emily Pereira que no vídeo/podcast intitulado: “Soldado Emily Pereira (PMSC) | Café com a Polícia #36” publicado no canal do policial civil Kauam Pagliarini, conta que houve uma situação em que todos da sua tropa estavam dentro d’água à noite, no frio, e tinham a tarefa de pegar uma pedra no fundo do lago, mas ela tinha pavor de água, o que fez seus colegas se revezarem para ela não ter de mergulhar.

A aplicação do CFP pode ter poucas alterações de um estado a outro, mas partindo dos processos de habituação de alunos (as) e policiais em sua essência se mantém o mesmo. Sabemos que o CFP muda completamente a rotina e o modo de viver das pessoas que o realizam. Resta entender como as transformações advindas das experiências vividas no CFP são influenciadas pelo discurso transmitido e reproduzido no curso e quais os limites dessa influência na atuação dos policiais em suas biografias e no contexto da sociedade circundante.

Ao tratar da polícia militar na atualidade, configura-se de uma maneira em que a violência se apresenta de forma escalonada em que o militarismo se expandiu em outras localidades para além dos quartéis, empregando os seus valores e ideologias dentro do ambiente educacional como falam Alves, Santos e Bordin (2023):

No que diz respeito à segurança pública no Brasil, sua capilarização se deu de forma ostensiva e subjetiva, por meio de símbolos e ações. Também podemos usar a ideia de ‘acúmulo social de violência’ e fazer um paralelo com a hipermilitarização, que decorre do processo de ‘acumulação de militarização’ (ALVES; SANTOS; BORDIN, 2023, p. 46).

Essa hipermilitarização da vida apresenta-se em diversos âmbitos e formas no desenvolvimento social, e segundo as autoras, com uma forma de controlar os jovens, a partir do domínio e penetração dos valores militares dentro da sociedade. Não somente fornecido pela Polícia Militar, os colégios são militarizados também pelas outras forças militares, como Bombeiros e Exército, recebendo também financiamento através delas.

Para além disto, na dissertação de Cruz (2017) os colégios militares utilizam como regulação a ordem e disciplina, que é muito valorizada pelas forças militares. Nas escolas elas também são cobradas através de regimentos e regulamentos, e se as regras não forem executadas de maneira correta há punições, esses métodos propiciam o controle e realizam a sujeição dos indivíduos.

Seguindo esta linha de pensamento temos a visão de Saraiva (2023), onde trata da disciplina dentro de ambientes educacionais: “É preciso alinhar a forma de pensar as regras coletivas e os comportamentos no ambiente escolar. A disciplina não pode ser um mecanismo de uniformização e sim uma prática significativa e imbuída de contexto” (SARAIVA, 2023, p. 204). Entende-se nesse contexto a forma como é empregada o curso referido, pois a organização fornecida através da disciplina molda a forma de atuação do policial, pois é regida pela obediência às regras, visando uma prática policial humana.

Deste modo, ainda segundo Saraiva (2023) é preciso manter os recursos que surgem a partir das escolas militarizadas em via de financiamento para um melhoramento na infraestrutura, redução de estudantes em sala, projetos envolvendo a comunidade e não a inserção de policiais nesses ambientes, pois, segundo a pesquisa, há opositores e defensores do modelo, mas muitas famílias desconhecem a forma como este modelo é instaurado, muitas vezes focam somente na disciplina e resultados em exames, onde muitas vezes é permeado pelo medo.

Por todo o exposto, concluímos que o curso de formação de Praças atua como reprodutor da ideologia militar, sustentada na hierarquização, disciplina e alienação, que contribui para a manutenção da ordem burguesa vigente. Entretanto não se pode generalizar que todas as pessoas que participam do curso vão atuar de forma violenta, visto que cada um percebe e age de maneira individual a partir de seus valores e aprendizados antecedentes ao curso.

3.2 A violência policial e o curso de formação: tecendo relações

A violência policial e contra o policial é uma realidade conhecida por todos, sendo transmitida pelos meios de comunicação, mas ao tratar-se de dados dessa violência, evidencia-

se o artigo de Marcos Rolim (2023), no qual relata se sobre a questão do conceito de polícia, mais adiante em seu artigo, ele traz dados do Atlas da Violência, onde:

[...]75,7% das pessoas mortas pelas polícias no Brasil, em 2018, eram negras. Estudo recente coordenado por Sinhoretto (2020) mostrou que as pessoas negras são alvo mais frequente de uso letal da força. A chance de uma pessoa negra ser morta no Brasil pela polícia é de três a sete vezes maior do que aquela encontrada para os brancos (ROLIM, 2023, p. 263).

Dessa forma, traz-se a luz a questão de que a violência circula todos os âmbitos, segundo o mesmo autor, muitos destes casos de violência ocorrem por conta das práticas policiais abusivas e violentas, advindas de uma violência institucional, da cultura regional, o do tipo de formação que esse policial recebeu, como também os valores reproduzidos como mecanismo de controle dentro da instituição, uma forma de alienação.

A partir disso, há várias alternativas que visam mudar essa realidade, como o Projeto de Lei 797/19, de Marcelo Freixo (Psol-RJ), encontrado no portal de notícias da Câmara dos Deputados (2019), que visa uma política pública chamada de Diretriz de Segurança e Saúde no Trabalho dos Profissionais de segurança Pública, o qual busca garantir as condições de trabalho dos militares diante das várias mortes na ação policial, trata-se de direitos e proteção dos policiais. Uma das seções fala do equipamento de proteção individual que garantem segurança, como a câmera pessoal que protege tanto o policial quanto a pessoa abordada, por proferir provas reais da ocorrência.

O intuito de analisar o conteúdo das narrativas na visão marxista é entender se há a correlação direta entre a experiência do aluno-soldado no CFP e a reprodução da violência. Segundo Silva (2005), a noção marxista de realidade concreta, não é exatamente como o homem percebe, o fenômeno se apresenta, mas deixa a sua essência oculta; o que coloca cada pessoa a observar o mundo da sua maneira.

O processo de disciplinamento e a formação da identidade militar vão se constituindo por meio da reprodução de ideologias, que vai produzindo a alienação, na medida em que se perde a noção de totalidade. “O capitalismo produz a alienação do homem afastando-se de si mesmo e dos outros homens na medida em que seu corpo, seu espírito, e seus amigos lhe são afastados” (SILVA, 2005, p. 103).

Tal fato parece estar relacionado com a forma que o curso vai tomando na vida da pessoa inserida no contexto militar, moldando uma nova forma de viver, tornando-os objetos do sistema, uma mercadoria do estado seguindo ordens, reduzindo-se há atividade, colocando sua vida como objeto. Desta forma, a violência se instaura muitas vezes despercebida pela pessoa

por conta da normalização dela vivenciada durante o curso de formação. Todavia, cada pessoa internaliza as experiências de maneira diferente, não podendo catalogar como todo soldado sendo violento a partir do curso.

Ao tratar de ideologia é possível trazer a pesquisa desenvolvida por Peneluc e Moradillo (2020) que aborda a ideologia relacionada à educação. Os autores conceituam ideologia como um amplo leque de significados enquadrando preconceitos, ideias antigas ou até mesmo discursos inócuos, sendo estes considerados como verdades universais. Partindo dessa compreensão, constatou-se que o militarismo tem sido disseminado, em forma de ideologia, considerando que o que é dito pelos superiores é levado como regra geral.

Conforme Silva (2005), Marx ao destacar a contradição entre propriedade privada e o trabalho, coloca isto como eixo de sua análise em manuscritos e na economia política, concluindo que a economia se volta à propriedade privada e o trabalho submetido ao capital torna-se um trabalho alienado, ou seja, voltando à polícia militar, o seu trabalho de servir aos interesses da burguesia protegendo suas propriedades torna-se alienado.

Segundo Ianni (2002), a violência pode ser intrínseca à maneira como a sociedade moderna se organiza e se desenvolve, alicerçada nos mesmos processos, instituições e hierarquia, transformando e fermentando a violência com a decadência, riqueza, pobreza e alienação. Além disso, afirma que a violência está em todos os lugares de maneira evidente, escondida e latente, nos conjuntos mais diversos da sociedade. A naturalização da violência pode ser observada no CFP, haja vista os alunos não perceberem, muitas vezes, a sua presença por conta da normalização no âmbito militar.

Ao discutir sobre a punição presente nos vídeos é possível trazer algumas falas em destaque, como a do Rogério Kuchla, no vídeo intitulado: “Rogério Kuchla CIA Choque PMPR | Café com a Polícia #22” do Canal Kauam Pagliarini, que trata de um Policial Civil que entrevista outros policiais em formato de *podcast*. Em sua fala Rogério destaca:

Justiça e disciplina, Aluno soldado 2º Classe Luís Rogério de Camargo Kuchla, foi adentrar a coordenação e estava com o seu celular, aí começou a ler tudo aquelas... Bateria XI1000 contra [...] Sério cara, eu não acreditei, fiquei pensando: “Vamo vê o que vai ser o final” [...] fere o artigo tal, tal, que não pode tá na escola com o celular, e então decido que o aluno soldado Rogério Kuchla de segunda classe ficará preso a partir de sexta de dia tal saindo da segunda-feira de tal [...] Rapaz... Fiquei preso. (PAGLIARINI, YouTube, 46’30” 2021).

Como aponta Silva (2005), o trabalhador se aproxima demais da burguesia e sofre as consequências punitivas, por meio das leis criadas por eles a fim de ser utilizada como meio de educação que não convence, mas só intimida. Na situação descrita, o soldado é punido pelo fato

de estar com o celular no bolso ao entrar na sala, pois somente as autoridades superiores podem portá-lo, sendo o ato considerado ultraje à hierarquia.

A naturalização da violência foi outro fenômeno observado, pois os alunos muitas vezes não se dão conta da situação violenta que estão passando, como representado na fala de Pastana: “Situações legais do curso: teve um dia que o Cabo chamou um aluno *pra porrada*, lá em fora...” - 8”25’ (PASTANA, 2021). Identificamos que Pastana trata a violência transmitida no curso como algo “legal”, algo inerente ao processo formativo do CFP, denotando que ele estava habituado àquela situação, não enxergando a problemática dela.

O sentido da palavra “Terrorismo” escolhida para ser analisada, é empregada ao terrorismo psicológico presente no curso, que foi citada pela Policial Militar Emily Pereira de Santa Catarina, no vídeo intitulado: “Soldado Emily Pereira (PMSO) | Café com a Polícia #36”, também publicado pelo canal: Kauam Pagliarini. Nesse vídeo Emily conta a sua experiência na academia e é questionada acerca do terrorismo psicológico. Kauam faz uma ligação com o vídeo de Rogério Kuchla, onde ele fala das anotações e prisões, retomando que Rogério diz que ao sair do curso a pessoa sai meio “retardada”, utilizando a palavra exata descrita no vídeo. Emily então diz:

A gente ouve né: “Aluno, seu maldito! Aluno só faz merda!” [...] Então a gente sai assim, meio... Sabe, eles dão uma... O psicológico sai, meio baqueado, assim. É [...]. Tu sai pilhado, eu acho... O que eu percebi, assim, que eu saía [...] é aquela coisa assim, né? Será que vai acontecer alguma coisa? Eu tô chegando em casa e tal. Ó, você sai muito ligado, assim, muito pilhadão, assim. Depois vai acalmando, né? (PAGLIARINI, YouTube, 18’00” 2022)

No fragmento recuperado, a policial compartilha a sua experiência de estar sempre alerta para qualquer possibilidade de perigo, pois eles estavam sempre à prova de qualquer missão. Tal afirmativa remete ao que Silva (2005) nos alerta: o quão mais imbricado na atividade do trabalho mais o homem se encontra no objeto, assim quanto maior o valor do objeto que é investido o trabalho mais ele, o trabalhador, fica diminuído. Ou seja, ao colocar-se em prontidão o tempo inteiro, o aluno coloca-se em segundo plano para que a sua atividade laboral seja efetivada, tirando o seu lugar de sujeito, deixando somente o trabalhador.

Ao tratar de União e Espírito de Corpo, retoma-se ao vídeo de Emily, onde ela compartilha uma situação em que durante uma atividade externa de resistência, seus colegas a ajudaram a lidar com seu medo de água e pegaram por ela a pedra no fundo demandada pelo superior. Como também o frio presente no local, como ela descreve:

“No inverno. Fora da água tava 7°C, dentro só Deus sabe.. Aí mergulha, vai, volta, mergulha, vai, volta. Só de camiseta, né? Sim. E aí depois sai da água, meu Deus. Tô

cheio de água. [...] Mas, meu, encharcado, molhado, todo mundo se abraça. Justamente pra você começar a sentir o espírito de corpo, de unidade, a importância de você estar num grupo, de todo mundo se ajudar. Todo mundo se aproxima pra esquentar porque, meu [...] a gente tava congelando né?” (PAGLIARINI, YouTube, 12’09” 2022)

Nesta situação, novamente a alienação se faz presente, pois ela implica na relação de um homem com outros homens, ou seja, mesmo percebendo a dificuldade, sofrimento e possível adoecimento, os alunos firmam em acreditar no espírito de corpo como uma forma de superar, juntos, todas as situações complexas que o curso proporciona a fim de ao compartilhar o mínimo de apoio possível naquele momento.

Relatos de violência são bastantes presentes no curso, em especial a violência psicológica, por colocar os alunos-soldados em situações-limite, tanto físicas quanto mentais. Um tema que se repete na maioria dos vídeos é a “superação”, fazendo referência ao fato de que o curso coloca os neófitos em condições-limite e que conseguir chegar ao final é uma conquista muito valiosa.

Em relação à “Superação”, esta palavra se repete diversas vezes no vídeo institucional da Polícia Militar do Tocantins, vídeo intitulado: “Curso de Formação de Praças - CFP 2022”, publicado pelo canal PMTO Oficial. Entre os vários policiais presentes no vídeo, destacam-se, respectivamente, o Aluno Praça PM Coelho e Aluno Praça PM Quixabeira, com o seguinte discurso:

Esse ano de Curso de formação foi um ano realmente de muita superação. Muita superação de limites, superação de barreiras que a gente constrói na nossa vida. Quando a gente é testado a ter esse limite, a gente até acredita que não é capaz de superar. (PMTO Oficial, YouTube, 0’56”)
Superamos muitas dificuldades, nós nos superamos, superamos a saudade dos nossos familiares, a correria do dia a dia, mas graças a Deus nós conseguimos chegar ao final e concluir esse curso nosso com eles. (PMTO Oficial, YouTube, 1’25”)

Notamos que nos casos descritos, o homem coloca-se em uma posição de sujeição ao trabalho deixando todas as outras áreas da vida em segundo plano, tornando-se objeto de seus próprios produtos, conforme nos alerta Silva (2005) em relação ao processo de alienação. O produto do policial é o seu corpo e sua força, que são levados ao limite durante o curso de formação.

Essas vivências de violência no processo de formação tendem a levar para a reprodução dessa violência nas ruas, em decorrência da naturalização desse fenômeno. Os mecanismos de controle dentro da corporação não têm dado conta de conter esse fenômeno. O Conselho de Disciplina é um órgão que gere os conflitos que ocorrem entre os Praças e é regido por oficiais,

a fim de agir como uma corregedoria dos policiais militares do quadro de Praças. Contudo, a depender da gravidade da situação, o caso é encaminhado para a Justiça Militar. Vale lembrar que crimes cometidos por militares não passam pela justiça comum, considerando o nível de periculosidade a que um policial pode estar submetido na posição de pessoa com privação de liberdade em um presídio civil.

Ao analisar o tema da violência presente dentro do curso, Ferro (2018), em sua tese de doutorado, recupera autores da sociologia para pontuar que a violência é intrínseca do Estado, sendo ela presente como uma força sem a qual o Estado não existiria. Essa violência, contudo, se faz presente em vários agrupamentos sociais, como nos processos educacionais, dissipando-se na sociedade como forma de poder.

Tal fato, explica um dos motivos pelos quais a ação policial violenta é tida como resposta ao comportamento violento transmitido pela própria sociedade. Assim, mesmo que haja uma regulamentação, inquéritos e órgãos internos, como o Conselho de Disciplina para minimizar o efeito violento que é transmitido pela PM na sociedade, a constituição da pessoa como soldado durante o CFP poderá colaborar para o desenvolvimento do comportamento violento. Nessa perspectiva, o poder não está centralizado exclusivamente no Estado, mas se dispersa em várias instituições e práticas sociais. A polícia, nesse marco, conformou-se, de forma global, como um agente do exercício do monopólio da violência física legítima na conformação do Estado-Nação.

A polícia é parte desse sistema e desempenha um papel na identificação, captura e encaminhamento de indivíduos para essas instituições disciplinares. Assim, sabemos que a Polícia Militar é modelada para a guerra, como afirma Bittencourt (2014), sendo incapaz de atuar em respeito aos Direitos Humanos, pois utiliza um tratamento agressivo, dividindo a sociedade entre amigos e inimigos.

Foge do nosso escopo nessa pesquisa, refletir sobre as complexidades do emprego da força violenta no âmbito das atividades policiais, mas é importante salientar que o uso da força está diretamente associado à natureza do trabalho policial, o que leva esses profissionais, senão a fazer uso da violência direta em suas múltiplas categorias, permanecer em constante estado de figuras de violência simbólica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diariamente, na mídia, aparecem notícias acerca de ações violentas da polícia para com a sociedade, mais precisamente envolvendo pessoas que se encontram em conflito com a lei. Ainda que a literatura acerca da polícia como máquina repressiva do Estado seja abundante, observou-se uma lacuna de pesquisas acerca do tema da formação dos(as) policiais e as condições em que a violência se introjeta no cotidiano do trabalho dos profissionais dentro da Psicologia e das áreas afins.

Com o desenvolvimento da pesquisa, identificamos que a violência no Curso de Formação de Praças passa despercebida e muitas vezes normalizada por aqueles que estão inseridos no sistema. Tratam como algo a se superar, vencer essa fase e muitas vezes essa violência é reproduzida na sociedade, a qual leva a um problema nacional.

O militarismo como ideologia poderá levar a pessoa a acreditar que a violência em alguns níveis pode ser normalizada, por conta de ser atravessado pela ideologia do militarismo, torna-se suscetível a aceitar as imposições e a realidade que se está inserido em um ambiente militar, onde somente um discurso é disseminado. Entretanto, não se pode generalizar essa visão violenta da polícia, pois como visto em alguns discursos dos vídeos, boa parte das ocorrências são resolvidas a partir do diálogo no local, como também há cargos administrativos dentro da instituição onde os policiais não entram em contato direto com o crime ou situações que exija a força policial.

Os estudos recuperados e os vídeos que analisamos evidenciam que a naturalização da violência no processo formativo e seu impacto na construção da identidade policial corroboram para a possibilidade de que o policial possa se sentir autorizado a reproduzir essa violência que vivenciou.

Contudo, a partir desta pesquisa, busca-se trazer um olhar ao CFP para que possam rever a forma como tem sido disseminado e colocado em prática, visando uma reforma no curso para que a polícia seja mais humana, em disciplinas teóricas voltadas a essa visão, como também estágio mais longos visando a prática que não fira os Direitos Humanos. Este movimento já pode ser observado, recentemente na Polícia Militar do Tocantins, quando no ano passado trouxe o curso para dentro da universidade, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Fábila; SANTOS, Catarina de Almeida; BORDIN, Marcelo. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 41-60, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1738/1170>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas de insegurança: Da Scuderie Le Cocq às Masmorras do Novo Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santos, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/400e8acb-0e39-4c18-8138-b542f97ffa81/content>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967. **Reorganiza as Polícias e os Cargos de Bombeiros Militares dos Estagiados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências**. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 1, p. 572, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-317-13-marco-1967-376152-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Reorganiza%20as%20Pol%C3%ADcias%20e%20os,federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias>. Acesso em: 24 de nov. 2023.
- BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. **Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças**. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 11831, p. 49, 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html#:~:text=Cr%C3%AAa%20as%20Guardas%20Nacionaes%20e,milicias%2C%20guardas%20municipaes%20e%20ordenan%C3%A7as. Acesso em: 24 de nov. 2023.
- BRASIL. **Manual de Campanha C 22-5**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército, 3. ed. [S.l.]: Ordem unida, 2000. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/105/1/C-22-5.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. **Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000**. Aprova o manual de campanha C 22-5. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército, 3. ed. [S.l.]: Ordem unida, 2000. p. 5. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/105/1/C-22-5.pdf>. Acesso em: 20 jun 2023.
- BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Conselho Nacional da Saúde. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/05/2016&jornal=1&pagina=44&totalArquivos=80>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História, Goiânia-GO, 2017. Disponível em:

<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3746/2/LEANDRA%20AUGUSTA%20CARVALHO%20MOURA%20CRUZ.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FERRO, Pedro Luiz. **Polícia Militar do Espírito Santo: uma abordagem histórica, social e psicológica, sobre a formação e a violência**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21436>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FREITAS, Bárbara Morais Santiago; GAUDENZI, Paula. “Nós, mães de autistas”: entre o saber da experiência e as memórias coletivas em vídeos no YouTube. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Internet], v. 27, n. 4, p. 1595-1604, abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/NwkJwwCjmjMtyQRpQ9TwDMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FREIXO, Marcelo. **Projeto de lei nº 797 de 2019 (do Sr. Marcelo Freixo)**. Institui as diretrizes de segurança e saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública, na forma que menciona. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, [2022]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2192108>. Acesso em: 14 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IANNI, Octavio. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 7, n. 12, p. 07-30, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644/647>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Difel, 1985.

MUCCHIELLI, Roger. **Psicologia da relação de autoridade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1979.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Ser_policial_sobretudo_razao_ser.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

PARÁ. **Aditamento ao Boletim Geral - nº 018 - 26 de janeiro de 2022**. Polícia Militar do Pará - Ajudância Geral, Pará, 2022. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20018%20-%20De%2026%20JANEIRO%202022%20-%20DGEC.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2023

PENELUC, Magno da Conceição; MORADILLO, Edilson Fortuna de. Educação, ideologia e alienação. **Movimento-revista de educação**, Niterói, v. 7, n. 12, p. 297-323, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/40583/pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Polícia Militar realiza aula inaugural do Curso de Formação de Praças em Araguaína**. Ascom 2º BPM, Araguaína-TO, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pm/noticias/policia-militar-realiza-aula-inaugural-do-curso-de-formacao-de-pracas-em-araguaina/11w03jx75vi>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 248-269. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VqfVZC4HYHp4T6g6nN75pHG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2023.

SARAIVA, Ana Pontes. Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 201–226, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54758/29939>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SILVA, João Carlos. Educação e Alienação em Marx: Contribuições teórico metodológicas para pensar a história da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 19, p.101 - 110, set. 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4826/art07_19.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

TOCANTINS. **Edital Nº 1/2020 – PMTO – CFP**. Concurso Público para o Ingresso no Curso De Formação De Praças (CFP) do Quadro De Praças Policiais Militares (QPPM). Polícia Militar do Estado do Tocantins - Quartel do Comando-Geral, 23 dez. 2020. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/pm_to_20_qppm/arquivos/ed_1_2020_pmto_qppm_abt.pdf. Acesso em: 26 mai. 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Decupagem dos vídeos selecionados

APÊNDICE A – Decupagem dos vídeos selecionados

Vídeo	Tipo de vídeo	Categorias	Acesso ao vídeo
1- SOLDADO EMILY PEREIRA (PMSC) Café com a Polícia #36 Kauam Pagliarini	Entrevista (<i>Podcast</i>)	Violência Espírito de corpo Disciplina Militarismo	https://youtu.be/wxSUSN4rzQ8?si=easzlUHMWRpyRDi3
2- CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS - CFP 2022 PMTO Oficial	Institucional	Superação	https://youtu.be/coF-TeolVl0?si=PJNb0YsEQE-G2w2g
3- Formando Heróis - Primeiro episódio PMMG - 24 BPM	Institucional	Enquadramento Disciplina União	https://youtu.be/teZljoAUWKU?si=jOR9Qtvj8P8AOcdx
4- Formando Heróis - Episódio 2 PMMG 24 - BPM	Institucional	Defesa pessoal	https://youtu.be/_QKYwPgjdgo?si=v1cNGdY3752ZxqVd
5- Formando Heróis - Episódio 3 PMMG 24 - BPM	Institucional	Enquadramento Religiosidade	https://youtu.be/hVrZMld7vG4?si=p_tcU0Icw0efFS9R
6-ROGERIO KUCHLA CIA CHOQUE PMPR Café com a Polícia #22 Kauam Pagliarini	Entrevista (<i>Podcast</i>)	Efeitos psicológicos Punição	https://youtu.be/vB6Vh2HsQH8?si=tLxX-4UtGDJxqBa4
7-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS André Lameira filmes	Autoral	Religiosidade Superação União Violência	https://youtu.be/Z5FgQGVmBcI?si=Ib4AeCKIDkzBX78j
8-COMO FUNCIONA O CFP (CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS)	Autoral	Punição Violência Enquadramento	https://youtu.be/NekD36gFDeA?si=80GQ51PKM4l6GkG6

ANEXO

ANEXO A - Link da playlist com os vídeos selecionados

ANEXO A - Link da playlist com os vídeos selecionados



Link para acesso aos vídeos:

<https://youtube.com/playlist?list=PLh46OydgL7I72pVsekyuKLpx5t4GOQznK>